

8. ASPECTOS IMPORTANTES DA CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA: a ilegalidade da sua cobrança de trabalhadores rurais não sindicalizados

*Henrique Schaper**
*Jaime Alves Ferreira Júnior***

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo pretende analisar o instituto jurídico da Contribuição Confederativa, com enfoque nas especificidades da legislação rural aplicável, e apresentar o entendimento dos tribunais superiores e do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE - acerca dos seus pontos controversos. Para isso, proceder-se-á à análise da natureza jurídica da Contribuição Confederativa, com a exposição de suas características idiossincráticas, que a diferenciam das demais contribuições destinadas ao financiamento do sistema sindical brasileiro.

A partir do advento da Constituição da República de 1988, passaram a coexistir quatro espécies de contribuições destinadas ao financiamento do sistema sindical. A primeira espécie é a Contribuição Sindical, prevista em vários diplomas legais, inclusive na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, em seu art. 578 e seguintes. Existem também a Contribuição Associativa, ou Retributiva, e a Contribuição Assistencial, ambas previstas em Convenções Coletivas de Trabalho. Por último, a Contribuição Confederativa, que se destina especificamente ao financiamento do sistema confederativo sindical da categoria profissional, recebeu essa denominação após a sua previsão pelo art. 8º, inciso IV, da CR/88, que assim dispõe:

Art. 8º [...]

IV – a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei; [...]. (BRASIL, 1998).

É sob o enfoque das características específicas da Contribuição Confederativa destinada à categoria profissional dos trabalhadores rurais que será abordado este tema.

* Sócio do Escritório Schaper e Andrade Advogados Associados, Consultor Jurídico da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais - FAEMG, Especialista em Direito Material e Processual do Trabalho pela Faculdade Pitágoras.

** Graduando no Curso de Direito da Faculdade Mineira de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas.

2 A NATUREZA JURÍDICA DA CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA

Houve grande debate a respeito da natureza jurídica da Contribuição Confederativa. Segundo Pessoa (2004), havia, principalmente, três posições antagônicas. A primeira delas entendia que a Contribuição Confederativa não seria espécie de tributo, caracterizando-se como uma espécie *sui generis*. A segunda disciplinava que essa Contribuição seria espécie de tributo e se enquadraria ora como imposto, ora como taxa. Por último, ainda de acordo com esse autor, havia a corrente que classificava a Contribuição Confederativa como espécie diferenciada de tributo, sem que pudesse ser classificada como imposto, taxa ou contribuição de melhoria.

Hoje, esse assunto não fomenta muitas discussões, os tribunais e os doutrinadores entendem, segundo Pessoa (2004), que a Contribuição Confederativa não é espécie de tributo. Trata-se de contribuição, de caráter voluntário, paga às entidades sindicais, mediante previsão em assembleia geral, exigível apenas dos empregados sindicalizados. O entendimento exposto é adotado pela jurisprudência do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região – TRT-3, *in verbis*:

EMENTA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA - A contribuição confederativa é instituída por assembléia geral sindical e distingue-se da contribuição sindical por não possuir natureza tributária, sendo, portanto, compulsória, apenas para os trabalhadores filiados ao sindicato. As contribuições confederativa e assistencial destinam-se a custear as atividades assistenciais prestadas pelo sindicato a toda a categoria profissional, como por exemplo, serviços de atendimento médico, odontológico, assistência e representação jurídica em Juízo, decorrendo o seu desconto de previsão em instrumento normativo. Assim, muito embora o sindicato represente a totalidade dos trabalhadores da categoria profissional, sejam filiados ou não, alcançando a toda a categoria as vitórias e conquistas, a cobrança das contribuições confederativas e assistencial dos empregados não sindicalizados ferem o direito de livre associação e sindicalização, assegurado nos artigos 5, XX e 8o, V da CF. (Autos do processo nº 00464-2007-100-03-00-2 RO. Desembargadora Relatora: Maria Lúcia Cardoso de Magalhães. Data da Publicação: 16/02/2008, grifo nosso).

Não se deve confundir, entretanto, a Contribuição Confederativa com a Contribuição Sindical. A Contribuição Sindical tem previsão legal na Constituição Federal, na CLT e em normas esparsas e consiste no desconto obrigatório de um dia de salário mínimo regional, por ano, que deverá ser recolhido por meio de guia própria à entidade representativa da categoria profissional. A Contribuição Confederativa, por seu turno, tem como finalidade a manutenção do sistema sindical confederativo e possui, como se demonstrará, caráter voluntário, e previsão em assembléia geral do ente sindical.

A importância da pesquisa acerca da natureza jurídica da Contribuição Confederativa reside

na possibilidade de aplicação ou não de normas de outro instituto a essa Contribuição, em virtude de compartilharem a mesma natureza. Na medida em que a Contribuição Confederativa não tem natureza tributária, ela não sofrerá as limitações atribuídas aos impostos, às taxas e às contribuições de melhoria, por exemplo.

Outrossim, as regras contidas nos artigos 9º a 15 do Código Tributário Nacional – CTN, principalmente no que toca à necessidade de instituição ou majoração dos tributos por meio de Lei e aos Princípios Constitucionais Tributários, conforme ensina Coelho (1999), como o da anterioridade, a própria legalidade, a isonomia tributária, o que veda a bi-tributação entre outros, não poderão ser aplicados à Contribuição Confederativa.

3 BREVE ESCORÇO HISTÓRICO

Neste capítulo, far-se-á uma breve digressão histórica sobre a criação e evolução da Contribuição Confederativa, bem como sobre os institutos a ela correlatos, para que se possa compreender sua atual sistemática e as normas a ela aplicáveis.

A instituição de sindicatos destinados à associação dos profissionais da agricultura e indústrias rurais foi prevista já em 1903, pelo Decreto nº 979, sem, contudo, estabelecer a forma por meio da qual seriam angariados os recursos necessários para a sua manutenção. *In verbis*:

Art. 1º E' facultado aos profissionaes da agricultura e industrias ruraes de qualquer genero organisarem entre si syndicatos para o estudo, custeio e defesa dos seus interesses. (BRASIL, 1903).

Com a promulgação da Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937, em seu artigo 138, o legislador pátrio optou pela criação de contribuições impostas aos seus associados para a sustentação econômica dos sindicatos. Tal Constituição não previu, entretanto, o número ou espécies de contribuições que poderiam ser criadas pelos sindicatos, limitando-se a utilizar a denominação em sua forma plural: “contribuições”. Nos seguintes termos:

Art. 138 - A associação profissional ou sindical é livre. Somente, porém, o sindicato regularmente reconhecido pelo Estado tem o direito de representação legal dos que participarem da categoria de produção para que foi constituído, e de defender-lhes os direitos perante o Estado e as outras associações profissionais, estipular contratos coletivos de trabalho obrigatórios para todos os seus associados, **impor-lhes contribuições** e exercer em relação a eles funções delegadas de Poder Público. (BRASIL, 1937, grifo nosso).

A Consolidação das Leis do Trabalho e demais normas esparsas que foram legisladas sobre o assunto somente se referiam à Contribuição Sindical, sem qualquer previsão legal da Contribuição

Confederativa. A própria Lei nº 5.889, de 08 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, exige do trabalhador rural o recolhimento apenas da Contribuição Sindical. A mesma posição foi adotada no Decreto nº 73.626, de 1974, que aprova o Regulamento da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973. *In verbis*:

Art. 18. [...]

§ 3º A fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego exigirá dos empregadores rurais ou produtores equiparados a comprovação do recolhimento da Contribuição Sindical Rural das categorias econômica e profissional. (Brasil, 1973).

Art. 24. Aplicam-se ao empregado e empregador rural as normas referentes ao enquadramento e contribuição sindical, constantes do Decreto-lei nº 1.166, de 15 de abril de 1971. (Brasil, 1974).

A Contribuição Confederativa somente foi criada com a promulgação da Constituição da República de 1988, instituída e regulada pelo inciso IV do artigo 8º:

Art. 8º. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

[...]

IV - a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

[...]. (Brasil, 1988).

Diante da constatação do recente surgimento da Contribuição Confederativa e da existência de várias contribuições similares, houve grande discussão sobre o modo como seria realizada a sua cobrança e, principalmente, sobre a polêmica obrigatoriedade dessa contribuição, como defendido pelas entidades sindicais.

4 O DESCONTO DA CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA DOS TRABALHADORES RURAIS

Como destacado anteriormente, após a criação da Contribuição Confederativa pela Constituição da República de 1988, houve grande divergência acerca de sua obrigatoriedade. Acaso fosse considerada obrigatória, todos os trabalhadores rurais, bem como os empregados de outras classes, independentemente de sua sindicalização, deveriam pagá-la, por meio de desconto em suas respectivas folhas de pagamento.

Pautando-se pela obrigatoriedade da Contribuição Confederativa, algumas entidades sindicais passaram a inserir nas atas de suas assembleias gerais a cláusula da obrigatoriedade do

pagamento dessa Contribuição por todos os trabalhadores enquadrados naquele sistema confederativo sindical. Ressalte-se que a previsão da Contribuição Confederativa em assembleia geral do ente sindical é exigência constitucional, de modo que o questionamento sobre a ilegalidade diz respeito tão-somente à obrigatoriedade de seu pagamento também pelos empregados não sindicalizados.

Diante do enorme impasse e da ilegalidade apontada, o Tribunal Superior do Trabalho - TST - baixou o Precedente Normativo nº 119, no qual expõe seu entendimento sobre a controvérsia, *in verbis*:

Precedente Normativo nº 119 do TST - CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS - INOBSERVÂNCIA DE PRECEITOS CONSTITUCIONAIS - (nova redação dada pela SDC em sessão de 02.06.1998 - homologação Res. 82/1998, DJ 20.08.1998 - "A Constituição da República, em seus arts. 5º, XX e 8º, V, assegura o direito de livre associação e sindicalização. **É ofensiva a essa modalidade de liberdade cláusula constante de acordo, convenção coletiva ou sentença normativa estabelecendo contribuição em favor de entidade sindical a título de taxa para custeio do sistema confederativo, assistencial, revigoramento ou fortalecimento sindical e outras da mesma espécie, obrigando trabalhadores não sindicalizados.** Sendo nulas as estipulações que inobservem tal restrição, tornam-se passíveis de devolução os valores irregularmente descontados." (Brasil, 1998, grifo nosso).

O Supremo Tribunal Federal - STF - também expôs seu posicionamento sobre o tema, pelo que editou a Súmula nº 666, na qual defende a voluntariedade da Contribuição Confederativa, nos termos *infra*:

Súmula 666 do STF - A contribuição confederativa de que trata o art. 8º, IV, da Constituição, só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo. (Brasil, 2003, grifo nosso).

O Ministério do Trabalho e Emprego, por seu turno, editou a Portaria nº 160, de 13 de abril de 2004, que disciplinava sobre o desconto em folha de pagamento de salário das contribuições instituídas pelos sindicatos. Do texto do parágrafo 1º do artigo 2º dessa portaria, depreendia-se que a Contribuição Confederativa somente seria devida pelo trabalhador regularmente sindicalizado ou por aquele não sindicalizado que manifestasse expressamente sua autorização.

Art. 1º As contribuições instituídas pelos sindicatos em assembleia geral da categoria, em especial a confederativa e/ou as constantes de convenção ou acordo coletivo e sentença normativa, em especial a contribuição assistencial, **são obrigatórias apenas para os empregados sindicalizados.**

§1º A contribuição confederativa, prevista no inciso IV, do art. 8º da Constituição Federal, fixada pela assembleia geral do sindicato, tem por finalidade custear o sistema confederativo.

[...]

Art. 2º [...]

§ 1º Para os empregados não sindicalizados, o desconto em folha de pagamento somente poderá ser efetuado mediante prévia e expressa autorização do empregado.

[...]

§ 2º O desconto em folha de pagamento efetuado sem a devida autorização do empregado não sindicalizado ou com base em instrumento coletivo não registrado no MTE sujeita o empregador a autuação administrativa pela fiscalização do trabalho (Ementa nº 000365-4 Efetuar descontos nos salários do empregado, salvo os resultantes de adiantamentos, de dispositivos de lei ou convenção coletiva de trabalho).

[...]. (Brasil, 2004, grifo nosso).

No ano de 2004, o MTE editou a Portaria nº 180, que suspendeu temporariamente (até 31 de maio de 2005) a eficácia do artigo 1º e dos parágrafos 1º e 2º do art. 2º da Portaria nº 160. *In verbis*:

Art. 1º Suspender a eficácia do art. 1º, e dos §§ 1º e 2º, do art. 2º, da Portaria Ministerial nº 160, de 13 de abril de 2004, até 31 de maio de 2005. (Brasil, 2004).

Posteriormente, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI – nº 3.206, ajuizada por confederações nacionais de trabalhadores de alguns setores, o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade da Portaria nº 160. O STF fundamentou sua decisão na incompetência do Ministro do Trabalho para editar norma disciplinadora do assunto¹. A inconstitucionalidade vislumbrada pelos ministros do STF na Portaria nº 160, no entanto, limitar-se-ia ao seu aspecto formal, permanecendo inalterado o entendimento manifestado na Súmula nº 666, ora exposto, nos seguintes termos:

[...]

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE – Frisando que a inconstitucionalidade por incompetência da autoridade para editar o ato normativo independe de qualquer exame do conteúdo dela, pouco importando que, no caso efetivamente pareça ser um édito consagrador, à antiga, da Súmula nº 666.

[...]. (Brasil, 2005).

Quanto ao seu recolhimento, a Contribuição Confederativa será descontada em folha de pagamento do trabalhador rural, pelo seu empregador, e recolhida ao Sindicato representativo de sua categoria econômica.

Dessa forma, pacificou-se o entendimento de que a Contribuição Confederativa somente pode ser cobrada do empregado devidamente enquadrado no ente sindical respectivo e desde que seja filiado a ele ou manifeste expressamente seu consentimento em contribuir para a entidade sindical. Ademais, nos termos do art. 8º, inciso IV, da CR/88, a Contribuição Confederativa deve necessariamente advir de assembleia geral do sindicato. Ressalte-se ainda que, segundo Donato (2004), o fato de o trabalhador não estar associado ao sindicato respectivo não lhe exclui dos

¹ Vide Voto apresentado pelo MM. Ministro do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio, relator dos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 3.206. Data de Julgamento: 14/04/2005.

benefícios que porventura forem agregados à sua categoria profissional. Entretanto, estando associado, poderá gozar, além dos benefícios originados para toda a sua classe, daqueles destinados apenas aos sindicalizados².

5 O ENTENDIMENTO DOS AUDITORES FISCAIS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Auditores Fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego, amparados por portarias, por pareceres e pela jurisprudência majoritária do STF e do TST, estão notificando e, em alguns casos, autuando empregadores rurais que procedem ao desconto, em folha de pagamento, da Contribuição Confederativa dos empregados não associados ao sindicato dos trabalhadores, ainda que exista Convenção Coletiva de Trabalho com cláusula autorizativa desse desconto.

Esse entendimento coaduna com o disposto no art. 7º, inciso X, da CR/88, no art. 9º da Lei nº 5.889/73 e, principalmente, com o conteúdo do art. 545 da CLT, de onde se depreende que somente poderão ser descontadas do salário do empregado as contribuições por ele autorizadas, salvo quando se tratar da contribuição sindical, uma vez que o seu desconto independe das formalidades previstas nesse artigo.

Art. 7º. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...]

X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa; [...]. (Brasil, 1988)

Ar. 9º - Salvo as hipóteses de autorização legal ou decisão judiciária, só poderão ser descontadas do empregado rural as seguintes parcelas, calculadas sobre o salário mínimo:

até o limite de 20% (vinte por cento) pela ocupação da morada;

até 25% (vinte e cinco por cento) pelo fornecimento de alimentação sadia e farta, atendidos os preços vigentes na região;

c) adiantamentos em dinheiro.

§ 1º. As deduções acima especificadas deverão ser previamente autorizadas, sem o que serão nulas de pleno direito. [...]. (Brasil, 1973)

Art. 545. Os empregadores ficam obrigados a descontar em folha de pagamento dos seus empregados, desde que por eles devidamente autorizados, as contribuições devidas ao sindicato, quando por este notificados, salvo quanto à contribuição sindical, cujo desconto independe dessas formalidades.

Parágrafo único. O recolhimento à entidade sindical beneficiária do importe descontado deverá ser feito até o 10º (décimo) dia subsequente ao do desconto, sob pena de juros de mora no valor de 10% (dez por cento) sobre o montante retido, sem prejuízo da multa prevista no artigo 553, e das cominações penais relativas à apropriação indébita. (Brasil, 1943).

² Contribuições sindicais e a Portaria nº 160, de 13 de abril de 2004, do Ministro do Trabalho e Emprego. Donato, Carlos Rosa. Texto extraído de <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5603>.

A par desse entendimento, o valor das multas que porventura forem impostas e os encargos de mora, previstos nos artigos 598 e 600, ambos da CLT, não poderão ser aplicados ao empregador rural, em virtude da previsão contida no art. 18 e parágrafos da Lei nº 5.889/73, alterados pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001, lei especial dirigida ao trabalho rural que fixa multa em valor inferior àquele previsto na ordem celetista. *In verbis*:

Art. 18. As infrações aos dispositivos desta Lei serão punidas com multa de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais) por empregado em situação irregular.

§ 1º As infrações aos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e legislação esparsa, cometidas contra o trabalhador rural, serão punidas com as multas nelas previstas.

§ 2º As penalidades serão aplicadas pela autoridade competente do Ministério do Trabalho e Emprego, de acordo com o disposto no Título VII da CLT.

§ 3º A fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego exigirá dos empregadores rurais ou produtores equiparados a comprovação do recolhimento da Contribuição Sindical Rural das categorias econômica e profissional. (*Brasil*, 1973, grifo nosso).

Amparado por esses mesmos dispositivos, o Ministério Público do Trabalho tem ajuizado ações em face de sindicatos para anular cláusulas de convenções e acordos coletivos que fixam a obrigatoriedade do pagamento de Contribuição Confederativa, de forma indiscriminada.

Dessa forma, os auditores do MTE adotam o mesmo posicionamento anteriormente expresso na Portaria nº 160/2004, alinhando-se à voluntariedade no pagamento da mencionada Contribuição.

6 CONCLUSÃO

A Contribuição Confederativa, que tem como fim específico custear o sistema confederativo sindical, conforme entendimento esposado pelos tribunais superiores, possui natureza estritamente voluntária, o que impõe a necessidade de prévia sindicalização do trabalhador rural para que se lhe possa ser descontada. Entendendo-se de maneira diversa, a sua cobrança estará eivada de ilegalidade e passível de desconstituição por meio de decisão judicial, bem como de autuações por parte do Ministério do Trabalho e Emprego.

Assim, recomenda-se aos empregadores rurais que, antes de realizarem o desconto da Contribuição Confederativa na folha de pagamento de seus empregados, obtenham destes uma autorização por escrito e/ou exijam-lhes documento apto a comprovar a filiação ao sindicato profissional. Essa recomendação deve ser observada até mesmo nas localidades em que exista Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho com cláusula autorizando ou impondo esse pagamento, já que, como visto, a simples previsão em negociação coletiva não é suficiente para fundamentar o mencionado desconto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

3ª REGIÃO. Tribunal Regional do Trabalho. Recurso Ordinário. Contribuição Confederativa - A contribuição confederativa é instituída por assembleia geral sindical e distingue-se da contribuição sindical... DJMG, Minas Gerais, Ano 2008, fev. 2008.

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto 979**, de 06 de janeiro de 1903. Faculta aos profissionais da agricultura e indústrias rurais a organização de sindicatos para defesa de seus interesses. Disponível em <http://www.presidencia.gov.br>.

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto 73.626**, de 12 de fevereiro de 1974. Aprova Regulamento da Lei número 5.889, de 8 de junho de 1973. Disponível em <http://www.presidencia.gov.br>.

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto-lei 1.166**, de 15 de Abril de 1971. Dispõe sobre enquadramento e contribuição sindical rural. Disponível em <http://www.presidencia.gov.br>.

Brasil. Congresso Nacional. Lei 5.889, de 08 de junho de 1973. Estatui normas reguladoras do Trabalho Rural e dá outras providências. Disponível em <http://www.presidencia.gov.br>.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei 9.393**, de 19 de Dezembro de 1996. Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR sobre pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária e dá outras providências. Disponível em <http://www.presidencia.gov.br>.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Brasília: Senado, 1943.

BRASIL. Constituição (1937) **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, 1937. Brasília: Senado, 1937.

BRASIL. Constituição (1988) **Atos das Disposições Constitucionais Transitórias**. Brasil: Senado, 1988.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Editora Saraiva. 35ª edição. São Paulo: 2005.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria n. 160**, de 13 de abril de 2004.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria n. 180**, de 30 de abril de 2004.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Súmula n. 666**. A Contribuição Confederativa de que trata o art. 8º, IV, da Constituição, só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo. Diário de Justiça da União, Brasília, 09 de novembro 2003.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação direta de inconstitucionalidade – ADI 3.206**. Contribuições – Categoria profissional – Regência – Portaria – Inconstitucionalidade formal... DJ,

Brasil, Ano 2005, ago. 2005.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Precedente Normativo nº 119**. Contribuições sindicais – Inobservância de preceito Constitucional. *DJ 20 de ago. de 1998*.

CERDEIRA, Mauro Tavares; CERDEIRA, Eduardo de Oliveira. **Das contribuições sindicais na prática**. Jus Navigandi, Teresina, ano 12, n. 1.720, 17 mar. 2008. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11054>>. Acesso em: 22 dez. 2009.

COELHO, Yuri Carneiro. **Sistema e princípios constitucionais tributários**. Jus Navigandi, Teresina, ano 4, n. 36, nov. 1999. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1282>>. Acesso em: 03 jan. 2010

COSTA, Armando Casimiro; FERRARI, Irany, MARTINS, Melchíades Rodrigues. CLT-LTr 2005. Editora LTr. 32ª edição. São Paulo: 2005.

DONATO, Carlos Rosa. **Contribuições sindicais e a Portaria nº 160, de 13 de abril de 2004, do Ministro do Trabalho e Emprego**. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 411, 22 ago. 2004. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5603>>. Acesso em: 02 jan. 2010.

GODINHO, Mauricio Delgado. **Curso de Direito do Trabalho**. Editora LTr. 4ª edição. São Paulo: 2005.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Contribuição Confederativa**. Editora LTr. São Paulo: 1996.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. PORTARIA MTE N.º 160, DE 13 DE ABRIL DE 2004. Dispõe sobre o desconto em folha de pagamento de salário das contribuições instituídas pelos sindicatos. Disponível em <http://www.mte.gov.br>

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. PORTARIA MTE N.º 180, DE 30 DE ABRIL DE 2004. Suspende, temporariamente, a eficácia de dispositivos da Portaria Ministerial nº 160, de 13 de abril de 2004 e dá outras providências. Disponível em <http://www.mte.gov.br>

PESSOA, Flávia Moreira. **Contribuições sindical, confederativa, associativa e assistencial: natureza e regime jurídicos**. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 415, 26 ago. 2004. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5634>>. Acesso em: 02 jan. 2010.